

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.986 - MG (2020/0021477-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : ALESSANDRA APARECIDA DE ANDRADE**  
**ADVOGADOS : LUIZ CLÁUDIO FONSECA PEREIRA - MG051314**  
**MARIANA MARA DA SILVA - MG160378**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por ALESSANDRA APARECIDA DE ANDRADE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO -DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRABALHADOR RURAL/URBANO. SENTENÇA IMPROCEDENTE. QUALIDADE DE SEGURADO. COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE TOTAL E TEMPORÁRIA POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REFORMA. CONCESSÃO DE AUXÍLIO -DOENÇA.

1. O auxílio-doença é devido ao segurado que, tendo cumprido o período de carência eventualmente exigido pela lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para sua atividade habitual por mais de quinze dias consecutivos, consoante o disposto no artigo 59 da Lei nº 8.213/91.

2. Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez são: incapacidade total e permanente para execução de atividade laborativa capaz de garantir a subsistência do segurado, aliada à impossibilidade de reabilitação e à exigência, quando for o caso, de 12 contribuições a título de carência, conforme disposto no artigo 42 da Lei nº 8.213/91.

3. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material, devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício.

4. A qualidade de segurada é incontestada, vez que a parte autora estava recebendo auxílio - doença, suspenso em razão de suposta recuperação da capacidade laborativa, bem como pelos documentos juntados (CTPS).

5. Comprovada a incapacidade total e temporária da parte autora para o exercício da sua atividade laboral, constatada por laudo médico pericial, e não havendo nos autos elementos hábeis a desconstituí-lo, faz jus a parte autora à concessão do benefício previdenciário de auxílio - doença.

6. O benefício previdenciário será devido a partir do último requerimento administrativo (Lei nº. 8.213/1.991).

7. Correção monetária com base nos índices do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aplicando-se o INPC após a entrada em vigor da Lei nº 11.960/2009.

8. Os juros de mora são devidos à razão de 1% ao mês, a partir da citação, reduzindo-se a taxa para 0,5% ao mês, a partir da edição da Lei nº 11.960/09.

9. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas em atraso. Súmula 111 do STJ.

10. Apelação parcialmente provida, para conceder o benefício de auxílio-doença.

A parte alega violação e divergência de interpretação jurisprudencial em relação aos arts. 42 e 43, § 1º, "b", da Lei n. 8.213/91, no que concerne ao direito à aposentadoria por invalidez em razão da incapacidade da recorrente, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O Nobre Julgador ao proferir à decisão, alegou que o laudo da perícia Médica oficial atesta a incapacidade laborativa da parte autora com a intensidade e temporalidade compatíveis com o deferimento do benefício de auxílio-doença.

Entretanto, verifica -se, que o MM. Desembargador desconsiderou que as doenças apresentadas pela autora são degenerativas, sem qualquer resposta positiva quanto ao tratamento, com tendência ao agravamento e piora do quadro, sem reversão.

[...]

Observa-se que o Acórdão recorrido violou o artigo acima transcrito, eis que desconsiderou todas as informações contidas no laudo, bem como outros aspectos que devem ser analisados, que comprovam que a incapacidade da autora é total e permanente.

A Recorrente é portadora de DEPRESSÃO GRAVE E FIBROMIALGIA, e o perito informou que ela apresenta incapacidade para atividades que demandem esforços físicos, pois tais atividades agravam sua doença.

Ora Excelências, o art.42 da 8.213/91 é claro ao dispor que, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado que for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, ou seja, suas atividades habituais (fls. 159/160).

É o relatório. Decido.

Na espécie, no que tange ao art. 43, § 1º, "b", da Lei n. 8.213/91, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstra, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou o dispositivo de lei federal apontado, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não

permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou no sentido de que a “argumentação recursal em torno de normas infraconstitucionais não pode ser meramente genérica, sem o desenvolvimento de teses efetivamente vinculadas a elas e sem a demonstração objetiva de como o acórdão recorrido as teria violado. Incidência da Súmula n. 284/STF” (REsp n. 1.293.548/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/6/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.442.952/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/2/2017; EDcl no AgRg no AREsp n. 422.103/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/10/2014; AgRg no AREsp n. 413.345/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 22/10/2015; e AgRg no AREsp n. 634.545/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 18/5/2015.

Ademais, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Nesse aspecto, comprovada através de laudo médico pericial a **incapacidade total e temporária** para o exercício da atividade laboral, com possibilidade de reabilitação, faz jus a parte autora ao benefício previdenciário de auxílio-doença (fl. 146).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Além disso, não foi comprovada a divergência jurisprudencial, uma vez que

# *Superior Tribunal de Justiça*

não cumpridos os requisitos legais dos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.339.575/DF, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 2/4/2019; AgInt no REsp 1.763.014/RJ, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no REsp 1.696.707/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 12/3/2018; e AgRg no REsp 1.683.470/AP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 31/10/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente